

## Acordo Mercosul-União Europeia salvará a Amazônia brasileira?

---

Por Letras Ambientais  
quarta, 03 de julho de 2019



Foto: Pixabay.

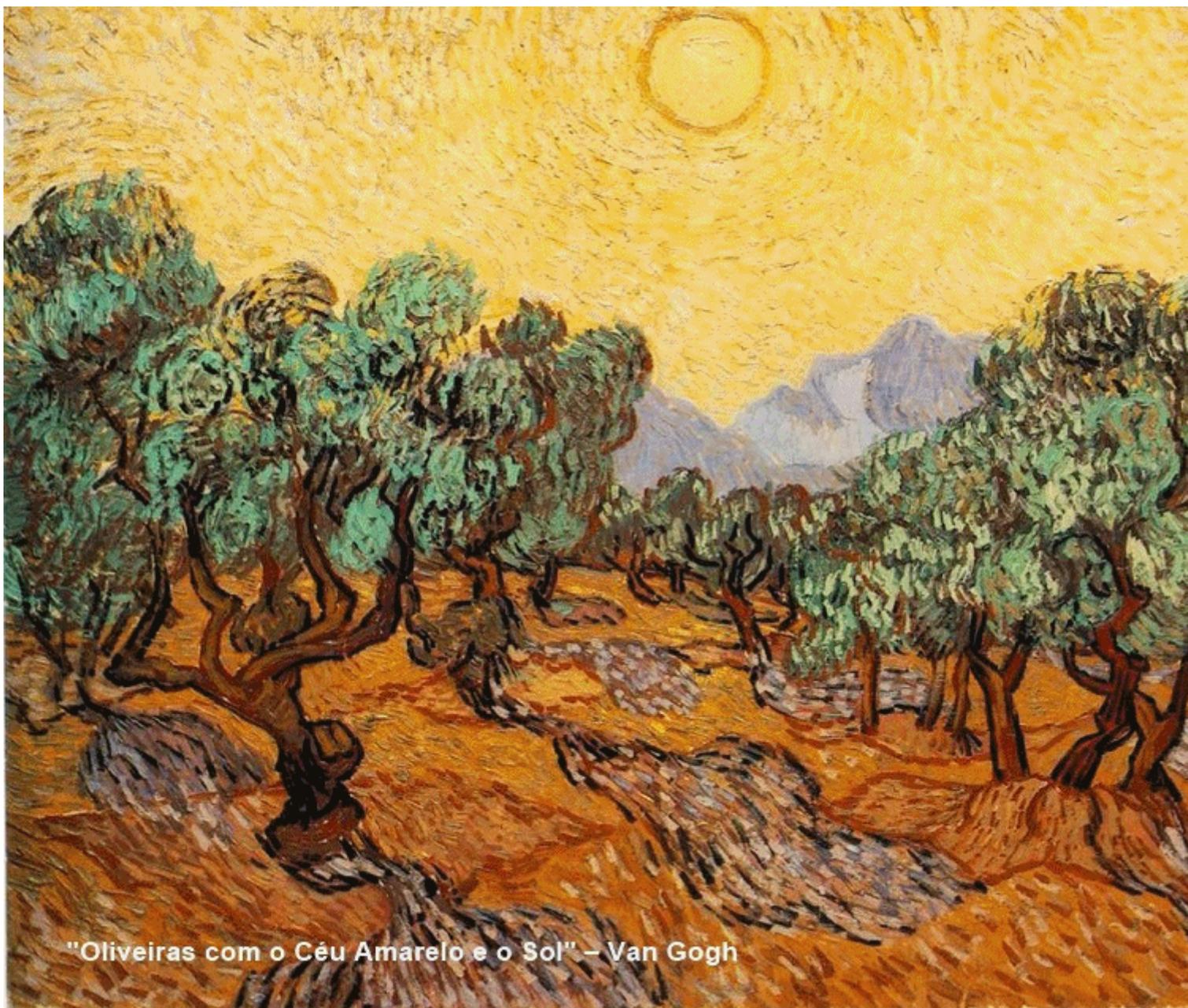
O cientista britânico Iain Woodhouse é um apaixonado pelas florestas e sabe que elas estão ameaçadas em todo o mundo. Preocupado com o crescente desmatamento, ele

buscava um meio de **chamar atenção para um problema tão debatido sem cair no senso comum.**

Numa certa manhã de sábado, ele teve a ideia de **recriar pinturas famosas, retirando as árvores presentes nas telas originais.**

As obras originais, que tiveram suas novas versões criadas, foram "**Oliveiras com o Céu Amarelo e o Sol**", de **Van Gogh**; "Uma Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jatte", de Georges-Pierre Seurat; e "A Carroça de Feno", de John Constable.

O resultado foi incrível e você pode conferir no vídeo abaixo. O pesquisador mostrou como a arte pode nos ajudar a **retratar o impacto da perda das florestas.**



Na última semana de junho, enquanto o Acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul **estampavam as manchetes dos jornais mundiais**, eram divulgados os novos números do desmatamento na Amazônia Legal, em 2018.

O acordo comercial foi divulgado paralelo à 14ª Cúpula do G20, que reuniu em Osaka, no Japão, nos dias 28 e 29 de junho, **líderes políticos das vinte principais economias** do mundo.

O acordo de livre comércio e o aumento do desmatamento são assuntos diretamente relacionados. O novo acordo comercial é um episódio de grande importância no cenário internacional e **abre perspectivas de impactos positivos para a política ambiental brasileira**. As pressões de países europeus, que estão na vanguarda do Acordo de Paris, serão fundamentais para que o Brasil adote uma política ambiental mais responsável.

## **Destruição da Amazônia pode ser irreversível em poucos anos**

De acordo com o Programa de Desmatamento da Amazônia (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), **o Brasil reduziu em 84% a derrubada da cobertura florestal na Amazônia, entre 2004 e 2012**. Enquanto no ano de 2004, a taxa anual de desmatamento foi estimada em 27,7 mil km<sup>2</sup>, no ano de 2012, ela caiu para 4,5 mil km<sup>2</sup>. Em função desses números, o Brasil vinha ocupando uma posição de destaque nas cúpulas internacionais sobre ambiente e clima.

O Prodes realiza o **monitoramento do desmatamento, por corte raso, com uso de dados de satélites, na Amazônia Legal**, desde 1988. Com essa ferramenta, o Inpe define as taxas anuais de desmatamento na região, usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas.

Parte do sucesso na redução do desmatamento da Amazônia brasileira, de 2004 a 2012, deveu-se às ações de monitoramento do Prodes. **As imagens de satélites permitem identificar derrubadas que estão em curso** e orientar ações de fiscalização do Ibama.

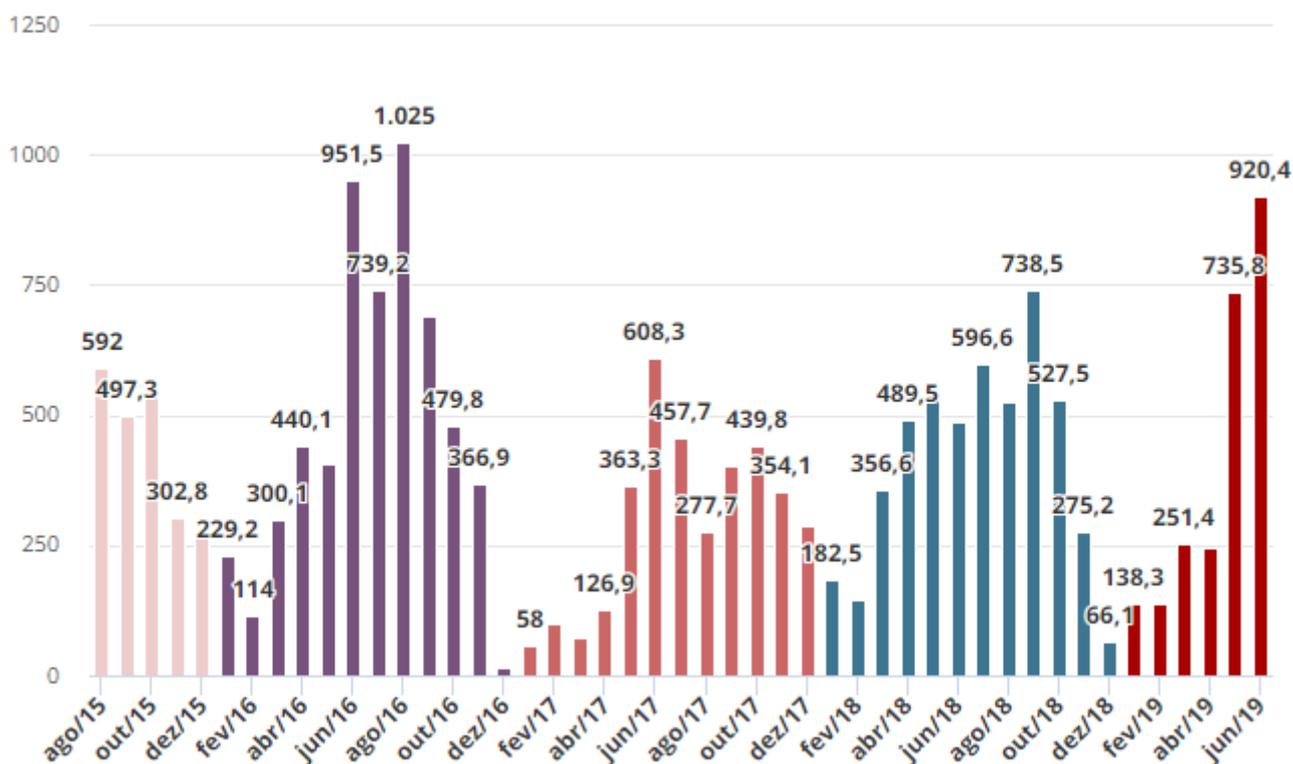
No entanto, **desde 2013, as taxas anuais de desmatamento voltaram a acelerar**. No último dia 26 de junho, a divulgação do resultado do monitoramento da Amazônia apontou um aumento anual de 13,7% no desmatamento, entre agosto de 2017 e julho de 2018, uma perda estimada de 7,9 mil km<sup>2</sup> de floresta. O aumento das taxas anuais de desmatamento de 2018 é comparado com o anual anterior, quando foi registrada a perda em cerca de 6,9 mil km<sup>2</sup> de floresta.

Os dados noticiados pelo Inpe, para 2018, mostraram um **aumento de 83% do desmatamento no Acre e de 33% em Roraima**, sendo os estados da Amazônia Legal

com maior aumento do desmatamento, em relação aos dados de 2017. Já no Tocantins, houve a queda de 19% de floresta desmatada. O monitoramento do Prodes para 2018 não incluiu observações sobre o desmatamento no estado do Amapá.

Na última quarta-feira, dia 03 de julho, dados do Deter, sistema de alerta de desmatamento do Inpe, acusou que foram destruídas 920 km<sup>2</sup> de floresta amazônica, no território brasileiro, apenas durante o mês de junho deste ano. **A área desmatada foi 88% maior do que no mesmo período de 2018.**

Pelo gráfico abaixo, **junho de 2019 foi o pior mês de desmatamento na Amazônia**, desde que o sistema de alertas foi criado, em 2015.



Desmatamento na Amazônia por mês (em km<sup>2</sup>). Fonte: Inpe/Deter.

O físico Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo (USP), estudioso da Amazônia desde os anos 1980, alertou, em entrevista à BBC News Brasil, que **a destruição da floresta pode atingir um limite irreversível em 4 ou 8 anos**. Ele destacou que o aumento do desmatamento se deve sobretudo ao atual desmonte da estrutura de fiscalização e de afrouxamento na legislação ambiental.

Trabalhos científicos de especialistas brasileiros mostram que, se for desmatada uma área de 40% da floresta original da Amazônia, **é possível que o restante do ecossistema não tenha condições de se sustentar**. A Amazônia já perdeu até agora cerca de 20% da cobertura original de 5,5 milhões de km<sup>2</sup>, estando a meio caminho

para se atingir o limite irreversível.

A negligência do Estado brasileiro em estabelecer uma efetiva relação de governança na Amazônia, **tem feito com que muitos países pressionem pela conservação dessa enorme reserva da biodiversidade**, que vem sendo reduzida a cada dia.

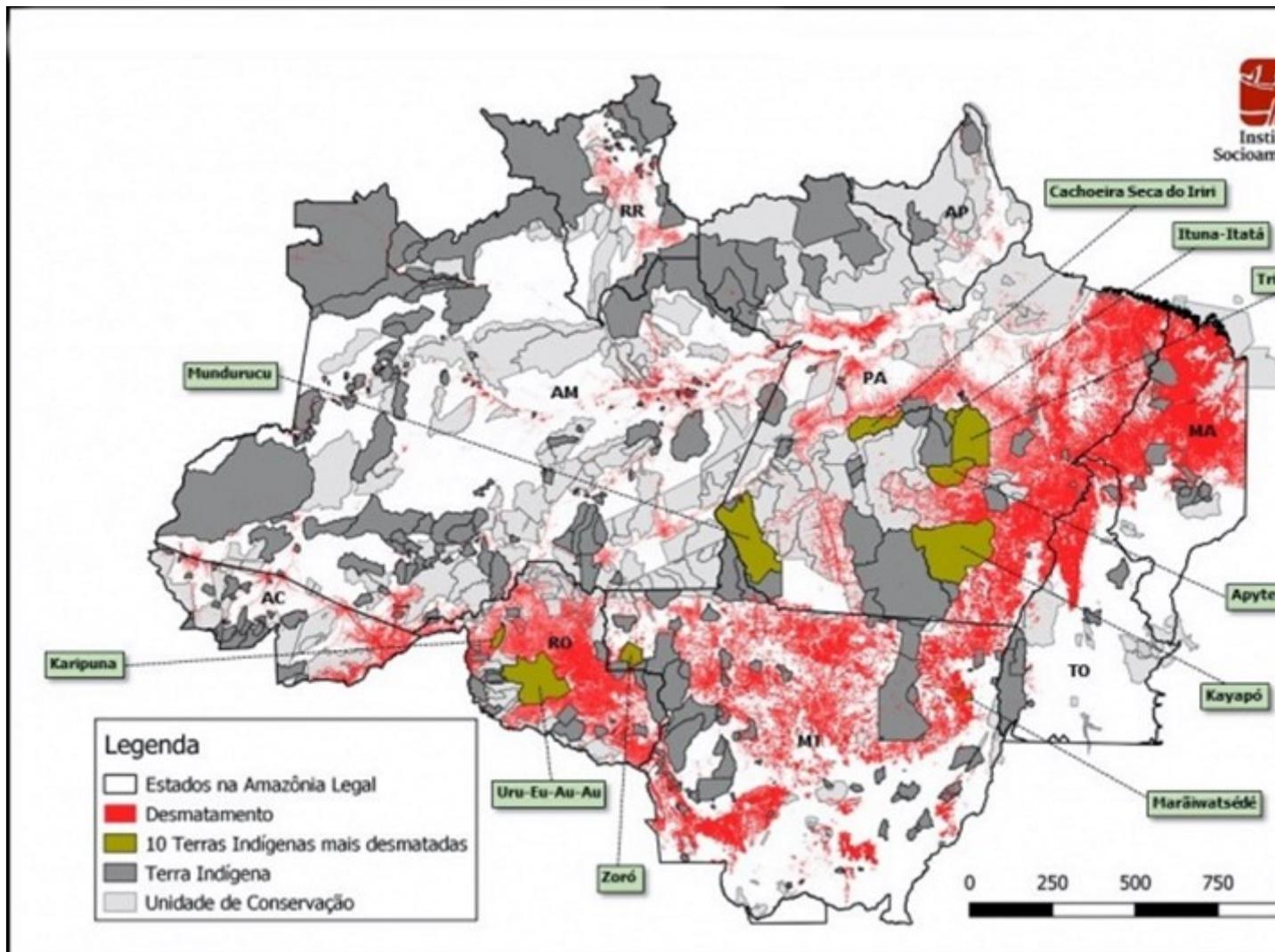
## **Pesquisas mostram importância dos indígenas para manutenção das florestas**



No final de 2015, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) lançou um estudo que demonstrou a **relação dos povos indígenas com a manutenção das florestas**, dos serviços ambientais e da estabilidade do clima.

A pesquisa comprovou que as reservas indígenas, **por serem áreas protegidas, continuavam sendo a principal barreira contra a destruição floresta amazônica**. De acordo com os dados, no período de 2000 a 2014, a taxa de desmatamento nas terras indígenas foi de 2%, enquanto nas áreas do entorno, não protegidas, foi superior a 19%.

Todavia, nos anos mais recentes, essas áreas legalmente protegidas têm sido alvo de grande devastação. No período de agosto de 2017 a julho de 2018, **o desmatamento total no conjunto das terras indígenas aumentou para assustadores 124%**, em comparação com o período anterior. Houve um salto de 11,9 mil hectares para 26,7 mil hectares, uma extensão maior do que a da cidade de Recife. Os dados são do Instituto Socioambiental (ISA), com base na taxa de desmatamento do Prodes.



Terras indígenas mais desmatadas na Amazônia (2017-2018). Fonte: ISA/Prodes.

A Amazônia brasileira possui mais de 400 terras indígenas. Porém, o **desmatamento descontrolado** ocorre apenas em algumas áreas críticas dessas reservas.

Um total de **80% da devastação registrada** nesse tipo de áreas protegidas, no período 2017-2018, concentrou-se em apenas dez reservas, principalmente no sudoeste do Paraná.

Mesmo assim, **as terras indígenas continuam sendo a principal barreira contra a destruição da floresta**. O desmatamento observado nessas áreas representou, em 2018,

pouco mais de 3% do total da Amazônia Legal. As terras indígenas compreendem cerca de 23% da região.

Especialistas atribuem o aumento do desmatamento nas reservas indígenas ao **enfraquecimento de leis e políticas ambientais**, que têm favorecido esses crimes ambientais.

## Desmatamento na Amazônia ameaça acordo Mercosul-União Europeia?



Reunião da Cúpula do G20, em Osaka, Japão. Foto: Alan Santos/PR.

A conservação da floresta amazônica é questão central no debate ecológico mundial, em função de ser **considerada a maior reserva de biodiversidade do mundo** e receber recursos internacionais para sua conservação.

Mesmo antes de as reuniões no fórum do G20 começarem, a política ambiental brasileira já gerava discussões. No dia 26 de junho, a chanceler alemã, Angela Merkel,

disse, em sessão no Parlamento, **considerar "dramática" e estar "muito preocupada" com a situação do Brasil**, em questões de meio ambiente e direitos humanos. O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, rapidamente respondeu que "a Alemanha tem muito a aprender com o Brasil" nessa área e que não tinha ido ao encontro do G20 para "ser advertido".

A Alemanha é a segunda maior doadora do Fundo Amazônia, que promove iniciativas para conservar a floresta brasileira, tendo colocado R\$ 192,6 milhões até agora. A Alemanha fica atrás somente da Noruega, que **já injetou R\$ 3,186 bilhões no programa brasileiro de combate ao desmatamento**, correspondente a 94% do montante já colocado na iniciativa.

A embaixada da Noruega no Brasil confirmou que **ficará no Fundo Amazônia se o foco continuar sendo combater ao desmatamento** e promover o desenvolvimento sustentável local. O atual governo brasileiro busca estabelecer um decreto para usar os recursos na regularização fundiária, ou seja, para indenizar desapropriações.

Porém, as regras do Fundo Amazônia são claras sobre a **aplicação direta dos recursos na proteção das florestas** e não em regularização fundiária. Os doadores também acompanham os programas financiados pelo Fundo e as taxas anuais de desmatamento do País.

De acordo com as normas do Fundo Amazônia, o compromisso é que o Brasil **apresente um desmatamento anual inferior à taxa de 8.143 km<sup>2</sup> por ano** na região, para ter acesso aos recursos. Caso ultrapasse esse número, fica impedido de utilizá-los.

Durante a viagem à Cúpula do G20, o presidente do Brasil também reagiu a declarações dos governos da Alemanha e da França sobre **questões de desmatamento na Amazônia**. Os embates colocaram em dúvida a continuidade dos programas de combate ao desmatamento no Brasil.

Na última quarta-feira, dia 03 de julho de 2019, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, discutiu as modificações que quer fazer no Fundo Amazônia com os embaixadores da Noruega e da Alemanha. Pela primeira vez, **os embaixadores admitiram que o Fundo pode acabar**.

É possível que o acordo comercial Mercosul-União Europeia permita **equalizar melhor essas divergências relacionadas à conservação e ao uso sustentável da floresta amazônica** e de outros recursos naturais brasileiros.

Porém, para que o acordo comercial entre em vigor, os **parlamentos de todos os países da União Europeia ainda terão que ratificá-lo**. Esses países têm muitas

críticas à política ambiental brasileira. Assim, no melhor cenário, levará um tempo, de pelo menos dois anos, até que o acordo se torne realidade. Enquanto isso, a Amazônia brasileira continua em risco.

O acordo comercial abrange quase 90% da atividade econômica da União Europeia e do Mercosul, incluindo setor agrícola, serviços, tecnologia, financeiro e bens manufaturados. No último dia 10 de julho, **o governo francês voltou a colocar em dúvida o acordo de livre comércio** entre a União Europeia e o Mercosul.

Segundo a rádio francesa RFI, o presidente Emmanuel Macron disse que o texto apresentado não traz **garantias "suficientemente robustas" para que o Acordo de Paris sobre o Clima seja respeitado**. Destacou também setores considerados sensíveis no tratado comercial, sobre os quais a França tem o que considera “interrogações legítimas”.

Entre os setores considerados sensíveis para a França estão a carne bovina, o açúcar e as aves. **Um dos questionamentos é quanto aos padrões de saúde animal**. Macron quer mais garantias de que as normas sanitárias europeias serão respeitadas nos produtos e durante seu processo de fabricação, pelos países do Mercosul. O projeto do acordo comercial será analisado pelo governo francês, através de uma comissão independente, a ser instaurada nos próximos dias.

**Acordo comercial beneficiará política ambiental brasileira?**



O acordo comercial Mercosul-União Europeia poderá trazer **impactos positivos para reduzir os principais problemas ambientais brasileiros**, especialmente da Amazônia.

Para concretizar o acordo, **o Brasil terá que ajustar sua política ambiental às exigências comerciais extremamente rígidas** da União Europeia. Por exemplo, na área de produção de alimentos, sobretudo quanto ao uso de agrotóxicos, e na redução do desmatamento da Amazônia.

Na agricultura, o carro-chefe da balança comercial brasileira, é possível que esse acordo comercial com a União Europeia também **promova alterações no uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil**. Recentemente, foram liberados quase 250 novos agrotóxicos, inclusive muitos deles proibidos em outros países.

Isso porque o acordo trouxe cláusulas de **compromisso ao cumprimento de metas previstas no Acordo de Paris**, voltado à redução das emissões na atmosfera, para minimizar as mudanças ambientais. Destaca-se também a cláusula do princípio da precaução, a qual permitirá a exclusão de produtos associados ao desmatamento, ao

trabalho infantil e escravo, bem como outras condicionantes socioambientais.

Assim, o acordo firmado entre ambos os blocos econômicos pode ser **um ponto de inflexão, em um momento de fragilização na fiscalização ambiental** do Ministério do Meio Ambiente e na legislação ambiental brasileira.

Vale lembrar que o atual governo brasileiro oferece amplo apoio à **poderosa bancada ruralista no Congresso Nacional** para que as normas ambientais sejam alteradas, em favor dos grandes proprietários de terras.

Na bancada ruralista, predominam os **parlamentares que querem explorar os recursos naturais à exaustão**, sem compromisso com o uso sustentável, antes que as leis brasileiras venham a fazer tal exigência.

No início do seu governo, o presidente Jair Bolsonaro queria extinguir o Ministério do Meio Ambiente e rebaixá-lo a uma Secretaria do Ministério da Agricultura. Após reações contrárias de ambientalistas e de alguns setores da própria bancada ruralista, a pasta foi mantida, mas com a **nomeação de um representante do ruralismo**, o ministro Ricardo Salles.

A intenção é **subordinar os interesses da conservação ambiental aos da produção agropecuária**, com medidas que favoreçam produtores rurais, empresários e mineradores, em detrimento da sociedade civil.

O acordo Mercosul-União Europeia poderá funcionar como uma nova **plataforma para negociações e exigências sobre acordos ambientais**. A expectativa é que beneficie a floresta amazônica, inclusive na promoção do uso sustentável da floresta e no desenvolvimento sustentável local. A iniciativa entre os países foi oportuna para o Brasil, por chegar em um momento crucial de aceleração crescente da destruição da floresta amazônica, desde 2013.

Gerar alternativas para as comunidades locais obterem renda, mediante o **uso sustentável dos recursos naturais** e a partilha dos benefícios da floresta, pode minimizar o desmatamento. Mas claro que outros aspectos bem mais complexos que destroem a floresta em grande escala, como a participação de grandes empresas agropecuárias, mineração e empresas de extração de madeira.

## **Oportunidades na área de monitoramento ambiental**

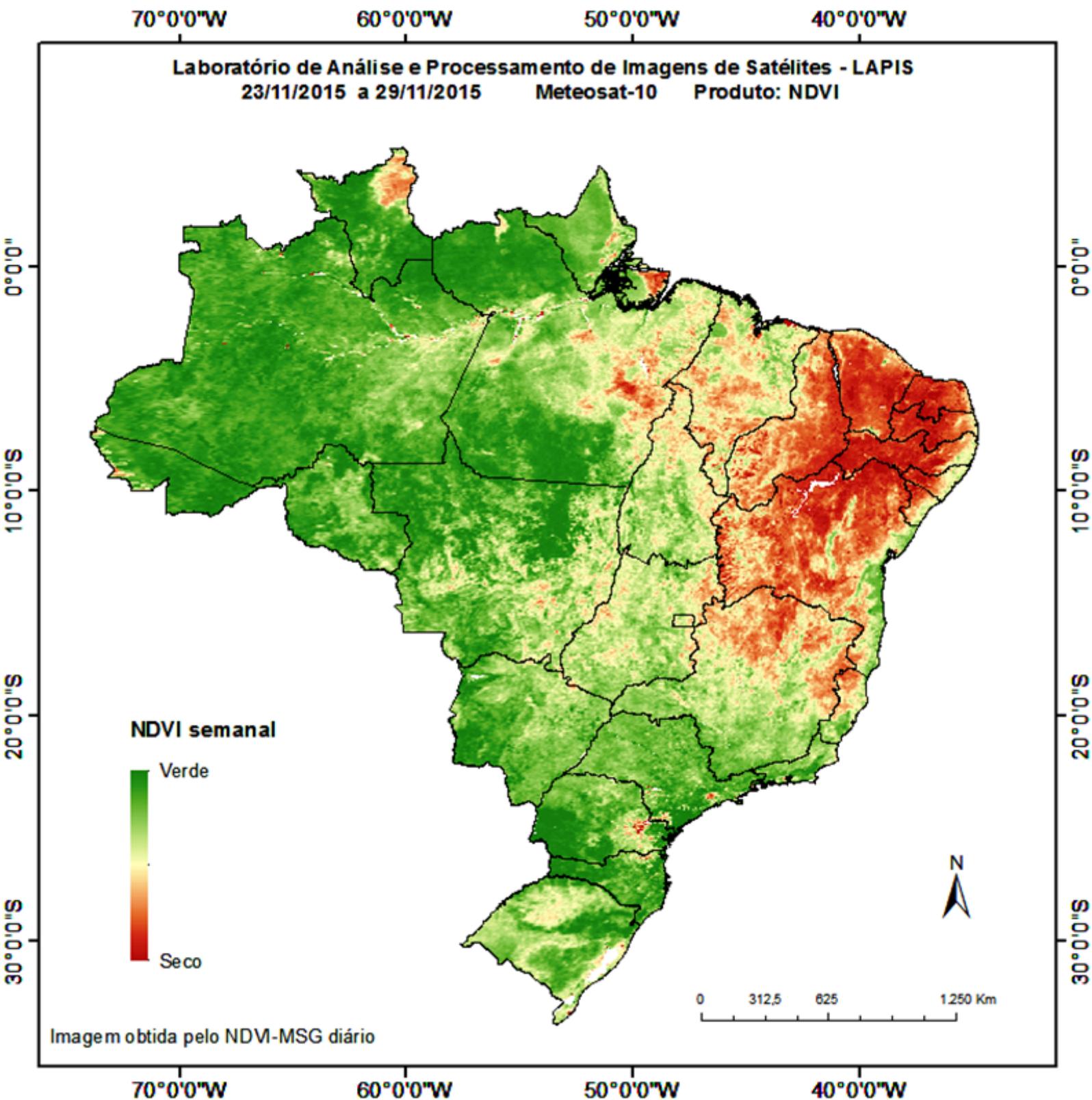


Imagem de satélite da cobertura vegetal de todo o Brasil. Fonte: Lapis.

Com o acordo comercial do Mercosul com a União Europeia, um campo promissor para empreendimentos será o **uso de geotecnologias para monitoramento ambiental**

da Amazônia, bem como de outros biomas brasileiros.

Quando concretizado, certamente **um leque de oportunidades de negócios surgirá do Brasil com outros países**, o que exigirá robustos programas de monitoramento por satélites para conservação da sua biodiversidade.

Além disso, **haverá demanda por melhores evidências científicas, informações atualizadas e ferramentas eficazes** para ajudar empresários a tomarem as decisões corretas sobre as questões ambientais e econômicas. Os dados geoespaciais também serão utilizados para aumentar a resiliência dos sistemas ambientais.

No caso de mudanças no uso da terra, será necessário o **monitoramento preciso e confiável de alterações na cobertura da vegetação**. Para isso, técnicas de Sensoriamento Remoto são cada vez mais propostas como ferramentas de monitoramento ambiental globalmente consistentes. Elas permitem coletar dados em grandes áreas, a um custo relativamente baixo.

As geotecnologias serão ferramentas necessárias para auxiliar na **observação, monitoramento, resgate, armazenamento e processamento de dados** atualizados sobre diversas configurações geoambientais do Brasil.

Se você quer se qualificar para esse novo universo de oportunidades, conheça o [Treinamento Online “Como empreender com geotecnologias? Produtos e serviços de satélites com prática no QGIS”](#), elaborado pelo Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites ([Lapis](#)). Para fazer sua inscrição, clique aqui.

Com [este Curso](#), você ampliará sua capacidade de utilizar geotecnologias para monitoramento do solo, cobertura vegetal, clima, superfície terrestre, entre outras variáveis ambientais. **A capacitação será um diferencial para os novos desafios econômicos brasileiros.**

A imagem de satélite acima, elaborada pelo Lapis, com dados do Meteosat-10, é uma das componentes [do Curso](#) que você vai aprender a elaborar.

## Conclusão

A Amazônia exerce **um papel crucial na estabilidade do clima do Planeta**. No Brasil, o percentual de 20% que já perdemos dessa floresta é de uma dimensão absurdamente grande, se comparada ao seu tamanho original. Espera-se que o acordo Mercosul-União Europeia estabeleça regras muito claras para minimizar o acelerado processo de flexibilização da legislação e o desmonte da estrutura de fiscalização ambiental, em curso no Brasil.

Especialistas destacam que a pressão de outros países, a ser exercida pelo novo acordo comercial com a União Europeia, pode ser um **eficiente instrumento para conter o atual processo de devastação** da floresta amazônica.

O Brasil já possui informações, conhecimentos e tecnologias adequadas para monitorar o desmatamento da Amazônia, tendo a **capacidade de mapear onde ocorre o desmatamento e quem são seus atores**, sendo necessário apenas um projeto político de Estado, e não de governo, para avançarmos na área de proteção ambiental.

*\*Post atualizado em: 26.01.2021, às 07h02.*

## COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LETRAS AMBIENTAIS. [Título do artigo]. ISSN 2674-760X. Acessado em: [Data do acesso]. Disponível em: [Link do artigo].

### Instituto

---



### Quem somos

---

O Letras Ambientais é uma instituição privada, sem fins lucrativos. Seu objetivo é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Endereço para correspondência: Av. José Sampaio Luz, 1046, Sala 101 – Ponta Verde. Maceió (AL). CEP: 57035-260.

**Fone:** (82) 3023-3660      **E-mail:** [contato@letrasambientais.org.br](mailto:contato@letrasambientais.org.br)

**ISSN:** 2674-760X





Copyright © 2017-2022 Letras Ambientais | Todos os direitos reservados |